

Laços de compadrio na escravidão: relações de solidariedade e interesse nos assentamentos de batismos de escravos em Feira de Santana (1830-1850)

Evane Barbosa Bastos¹; Elciene Rizzato Azevedo²

1. Bolsista PIBIC/PROBIC, Graduando em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: evannebastos@hotmail.com

2. Orientador, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: elciazevedo@gmail.com

PALAVRAS-CHAVE: Batismo. Escravidão. Relações Afetivas.

INTRODUÇÃO

Os três séculos de escravidão no Brasil propiciaram interações sociais entre sujeitos de condição jurídica variada, como escravos, libertos e homens livres, e não foi diferente em Feira de Santana, embora por muito tempo, a história da escravidão na região fora omitida, uma vez que, foi atribuída uma insignificância da mão-de-obra cativa no local, desconsiderando sua importância na sua economia e na formação de seu povo. A imagem construída coletivamente sobre os escravos e que conseqüentemente vem à memória dos feirenses, segundo Ana Paula da Hora (2014) é a associada ao lendário Lucas da Feira- cativo que é tido como um sanguinário que causava medo à comunidade; “a Feira de Santana [...] [é] (re) criada [...] [como] a cidade da fidalguia, da migração branca, de portugueses autênticos, figuras ilustres lusitanas”. (HORA, 2014, p.4).

Buscando superar os estereótipos referentes à imagem do escravo na região, esse estudo tem como objetivo, apresentar os cativos do local como sujeitos ativos na história; não apenas como submissos ao sistema escravista, mas também como estratégicos nas relações que construíam com seus semelhantes e com os livres e libertos. Busco entender como se construíram essas relações através do batismo de escravos, no recorte temporal que cobre os anos de 1830 a 1850; será discutida aqui, a importância do batismo na vida dos cativos, entendendo-o como um ritual que com suas vantagens poderia propiciar aos escravos melhores condições de vida no cativeiro, e até mesmo a possibilidade de sair dele.

MATERIAL E MÉTODOS

Feira de Santana foi o local escolhido para discutir como se deram as relações entre os sujeitos cativos, livres e libertos através do batismo de escravos, uma vez que, ainda carecemos de trabalhos acadêmicos voltados para a abordagem da escravidão no local, principalmente no que tange a temática do batismo. A escolha do recorte temporal é justificada uma vez que, se ajusta entre dois momentos importantes da história do tráfico de africanos para o Brasil: a primeira lei de sete de novembro de 1831, que tenta cessar o tráfico, sem sucesso, e a lei Eusébio de Queiroz, de 1850, que de fato encerra o comércio transatlântico de escravos africanos para o Brasil.

Os registros de batismo de escravos analisados são documentos eclesiásticos encontradas nos livros de batismo no Arcebispado de Feira de Santana, mas que também estão disponibilizadas on-line através do site “Family Search”, e uma pequena parte em um banco de dados no CEDOC (Centro de Documentação e Pesquisa) que se encontra na UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana). Os livros que cobrem o recorte temporal desse estudo e que foram analisados para a construção desse trabalho são: Livro 1B, que contém 325 páginas e cobre os anos de 1831; o livro 2B, que contém 281 páginas e cobre os anos de 1842 a 1851, e o livro 8B, que contém 284 páginas e cobre os anos de 1827 a 1831. Foram analisados a partir desses livros, 359 registros de batismo, a partir dos quais pudemos apresentar dados sobre a procedência étnica/cor dos escravos batizados, das suas mães e dos

seus pais; sobre a condição jurídica das mães e dos pais dos batizados; sobre a idade dos escravos batizados; sobre a condição jurídica das madrinhas e dos padrinhos do batizado, e, sobre a quantidade de escravos que foram padrinhos.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

Os dados obtidos com a análise dos livros de batismo permitiu que fizéssemos uma discussão sobre o “perfil” dos cativos de Feira de Santana nos anos 1830-1850- o perfil que me refiro aqui se refere à procedência étnica desses cativos- e sobre os padrinhos prediletos desses sujeitos, apontando para as estratégias por eles utilizadas quando buscavam criar laços fictícios através do ritual batismal. Os dados presentes nas tabelas a seguir são essenciais para tais discussões. (**Fonte:** Livros de batismo do Arcebisado de Feira de Santana:1830-1850)

Tabela1. Procedência étnica/cor dos batizados

Procedência étnica/cor		Porcentagem %
Crioulos	08	2,22
Pardos	04	1,11
Cabras	07	1,94
Africanos	18	5,01
Não consta	322	89,69
Total	359	100,0

Tabela2. Procedência étnica/cor das mães

Procedência étnica/cor		Porcentagem %
Crioulas	17	4,88
Pardas	01	0,28
Cabras	11	3,16
Africanas	03	0,86
Não consta	316	90,80
Total	348	100,0

Tabela 3. Procedência étnica/cor dos pais

Procedência étnica/cor		Porcentagem %
Crioulos	00	0,00
Pardos	00	0,00
Cabras	01	3,03
Africanos	00	00,00
Não consta	32	96,96
Total	33	100,0.

Tabela4. Condição Jurídica das mães

Condição jurídica das mães		Porcentagem %
Escravas	324	93,10
Livres	08	2,29
Libertas	00	0,00
Não consta	16	4,59
Total	348	100,0

Tabela5. Condição Jurídica dos pais

Condição jurídica dos pais		Porcentagem %
Escravos	23	69,69
Livres	08	24,24
Libertos	01	3,03
Não consta	01	3,03
Total	33	100,0

Tabela 6. Idade dos escravos batizados

Idade	Quantidade
Menos de 1 ano	125
1 ano	21
2 anos	01
3 anos	02
6 anos	02
7 anos	01
Adultos	03
Não conta	205
Total	359

A partir dos escravos que tiveram sua condição étnica/cor revelada nos registros, têm-se um equilíbrio entre os nascidos no Brasil e os africanos. Crioulos, pardos, cabras, somam 19, ou seja, 5,29%, e os africanos somam 5,01% do total. Os que não tiveram procedência étnica/cor declarada somam 322, um total de 89,69%. Os anos que antecedem ao de 1872, correspondem aos que faltam informações sobre a procedência étnica e cor dos escravos de Feira nos inventários. Percebemos essa falta de identificação também nos registros de batismo, uma vez que apenas 37 escravos tiveram sua etnia ou cor identificadas nos registros de batismo, o que corresponde a apenas 10,30% dos cativos batizados.

A partir das tabelas dois e três, que apresentam a condição étnica/cor das mães e dos pais dos batizados, temos de um total de 348 mães, apenas três identificadas como africanas. 17 mães foram identificadas como crioulas; uma como parda; 11 como cabras e 316 sem a

condição identificada. No caso dos pais, dos 33, apenas um aparece com sua condição identificada. Esses dados não nos ajudam muito a supor uma escravidão feirense majoritariamente de nascidos no Brasil, entretanto, a partir das tabelas quatro e cinco, já podemos pontuar que ao menos 33 desses cativos batizados- em um total de 359, foram nascidos no Brasil, uma vez que esses 33 pais identificados são provenientes da construção de famílias. Todos esses pais aparecem juntos às mães das crianças nos registros.

Os dados presentes na tabela seis, já nos permite ir mais longe a respeito da procedência étnica dos escravos feirenses. Dos 359 batizados, pelo menos os 149 que tem entre três anos ou menos, podemos supor que sejam cativos nascidos no Brasil, uma vez que, é comum os cativos africanos serem identificados nos registros como “africanos”; esses africanos geralmente são de idade superior aos três anos de idade- os dois cativos de seis e o de sete anos aparecem identificados como africanos- e aparecem também com a descrição “adultos”.

De acordo com o estudo de Yves Samara (2010) sobre a procedência étnica dos escravos de São José das Itaporocas/Feira de Santana, nos anos de 1875 a 1826 foram traficados para o local africanos de vários grupos, dentre os quais predominaram os Angolas, os Geges, os Nagôs e os Minas; em menor quantidade, os Guiné, Benguelas, Callabar, Congo e Aussá. Os resultados que encontrei sobre a procedência étnica/cor dos cativos de Feira nos anos de 1830 a 1850 não foram tão satisfatórios como os encontrados por Yves: os cativos africanos encontrados foram apresentados nos registros na sua grande maioria apenas como “africanos”, o que não nos permite afirmar quais seriam os grupos étnicos de africanos ainda sobreviventes no período. Assim, embora os registros de batismo não nos revelem abertamente sobre ser majoritariamente de nascidos no Brasil a escravidão feirense em 1830-1850- o cruzamento com outras fontes se faz necessário para ter certeza dessa afirmação- o mais provável é realmente ela fosse, uma vez que se trata de um período posterior a 1830, esse em que a historiadora Yves Samara (2010) já identificara uma escravidão com a maioria dos cativos crioulos.

No que tange a importância do batismo na vida dos cativos, podemos dizer que através desse ritual cristão, os escravos criavam laços “pela etnia, pela língua, pela religião e política africanas”. Os escravos de Feira de Santana preferiram criar laços através do batismo com sujeitos de condição jurídica e até mesmo social superior a sua, uma vez que eles almejavam obter através do batismo “alianças para cima”. (SCHWARTZ, 2001, p.266-267). Isso justifica a predileção pelos padrinhos e madrinhas livres como apontam as tabelas a seguir.

Tabela8. Condição jurídica das madrinhas

Condição Jurídica	Porcentagem %	
Escravos	43	13,43
Livres	273	85,31
Libertos	04	1,25
Total	320	100,0

Tabela9. Condição jurídica dos padrinhos

Condição Jurídica	Porcentagem %	
Escravos	46	13,00
Livres	303	87,00
Libertos	00	0,00
Total	348	100,0

Fonte: Livros de batismo do Arcebispo de Feira de Santana

Os cativos preferiam as pessoas livres como padrinhos uma vez que “o padrinho, segundo a própria doutrina católica, constituía-se em um segundo pai, em um com-padre: ou seja, a pretensão de que essa divisão pudesse ser feita com homens situados num patamar superior e que pudessem dispor de mais recursos- não só financeiros, mas também políticos e de prestígio- para o “cuidado” dos afilhados”. (BRUGGER, 2004, p.6). Os padrinhos livres poderiam inclusive intervir pelo seu afilhado no caso de captura de uma fuga, uma vez que:

Muitas vezes, quando recapturados, [...] os escravos fugitivos, recorriam aos seus padrinhos com o objetivo que estes intercedessem junto aos seus senhores para amenizarem o castigo. Ou seja, um padrinho/madrinha livre poderia intervir pelo seu

afilhado ou afilhada junto ao proprietário ou proprietária, livrá-lo/a de um castigo, por exemplo. Assim, era estratégico para o/a escravo/a ser apadrinhado por um indivíduo de condição livre. (SILVA, 2008, s.p)

Os escravos de Feira de Santana nos anos de 1830 a 1850 como já afirmamos preferiam ser apadrinhados pelas pessoas livres. Entretanto, os que foram batizados por cativos também consistem em uma quantidade não tão insignificante. Vejamos o quadro a seguir.

Padrinhos Cativos: Feira de Santana:1830-1850

Padrinhos	49
Madrinhas	46
Total	95

Dos 359 cativos batizados, 49 tiveram padrinhos cativos, o que corresponde a 13,64%, e 46 tiveram madrinhas cativas, o que corresponde a 12,81% do total. Assim, constatamos que os escravos de Feira de Santana nos anos de 1830 a 1850 também viam vantagens em estreitar relações com os seus semelhantes. Esses cativos certamente preferiam ser apadrinhados pelos seus semelhantes porque isso propiciaria o fortalecimento de laços com seus “irmãos de continente”, tendo em vista que “o apadrinhamento servia para consolidar uma solidariedade étnica”. Mesmo sendo o assentamento de batismo um ritual cristão que poderia “apagar e fazer esquecer o passado da África serviu para unir os cativos que puderam se reconhecer como parentes espirituais no outro lado do Atlântico”. (JESUS, 2010, p.48-52)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interação entre escravos, livres e libertos que foram propiciadas pelo batismo de escravos em Feira de Santana nos anos 1830 e 1850, nos revela que os cativos dessa região buscaram entrar para o “mundo cristão” almejando as possibilidades as quais ele lhes podia proporcionar. Tanto a escolha por padrinhos livres, quanto por libertos ou escravos, poderia ser benéfica; temos um ritual cristão que aproximava sujeitos distintos e semelhantes, que mesmo sendo interpretado como uma forma de dominação por parte dos senhores, ele proporcionava aos escravos uma oportunidade de se aproximar do mundo dos brancos- se assim o quisesse- como também (através das relações de compadrio entre escravos africanos) reforçar laços étnicos e culturais provindos da África.

REFERÊNCIAS

- BRUGGER, Silvia Maria Jardim. **Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850.** Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_119.pdf
- HORA, Ana Paula Cruz Carvalho. **Negócios entre senhores: o comércio de escravos em Feira de Sant’Anna (1850-1888)/Ana Paula Cruz Carvalho Hora.- Santo Antônio de Jesus, 2014.**
- JESUS, Yves Samara Santana de. **Batismo de africanos na Freguesia de São José das Itaporocas- Feira de Santana, 1735-1826.** 2010.
- SCHWARTZ, S. B. **Escravos, roceiros e rebeldes/** Stuart B. Schwartz; trad. Jussara Simões. – Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SILVA, Sidney Pereira da. **Os registros de batismo e as novas possibilidades historiográficas.** (2008) disponível em <http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=53>.